



# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

TARDE

## ANALISTA CVM - PERFIL 5 - GESTÃO

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NÍVEL SUPERIOR  
TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha para a marcação das respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas da prova objetiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### Administração e Gestão Pública

1

Para ajudar seus contratantes, uma modelo negra começou a fornecer *casting* para ajudar as empresas que a contratavam. Ela criou uma agência, por acaso, a partir de sua habilidade de *networking* com produtores de eventos e campanhas que apontavam as dificuldades de promover diversidade nas campanhas. Também por acaso e aos poucos, a sua agência passou a fazer um trabalho mais completo de organizar as campanhas de marcas que se interessam por profissionais agenciados específicos.

Em termos de formulação estratégica, a experiência dessa empreendedora baseou-se no conceito de estratégia:

- (A) emergente;
- (B) intencional;
- (C) planejada;
- (D) sigilosa;
- (E) sobrevivente.

2

Determinada autarquia realizou um conjunto de audiências públicas visando a consultar os operadores do mercado quanto às mudanças na regulamentação do setor. No processo de análise estratégica dessa indústria, a autarquia considerou necessário não só estimular a eficiência, mas principalmente garantir a integridade e disciplinar a atuação dos atuais operadores em uma indústria altamente disputada e com concentração de fatias de mercado elevadas nas mãos alguns poucos.

Ao considerar o conceito de forças competitivas estratégicas, as medidas da autarquia visavam a lidar com a seguinte força:

- (A) compradores;
- (B) fornecedores;
- (C) novos entrantes;
- (D) rivalidade entre os concorrentes;
- (E) substitutos.

3

Em seu processo de elaboração do mapa estratégico, uma autarquia definiu como objetivos, em termos de impactos para a sociedade, resultados para o mercado, objetivos de processos finalísticos e objetivos de ativos organizacionais. Os objetivos relacionados aos ativos organizacionais estariam ligados às equipes internas de gestão financeira, de pessoas, de TI e patrimonial-logística.

Dentre os objetivos relacionados aos ativos organizacionais, é um objetivo estratégico da área de gestão de pessoas:

- (A) garantir autonomia orçamentária e administrativa;
- (B) estimular inovações financeiras e tecnológicas e a competição no mercado;
- (C) desenvolver estrutura física, tecnológica e integração de sistemas em nível de excelência;
- (D) ampliar a eficácia da atuação junto ao mercado;
- (E) ampliar a capacidade de liderança das chefias e o engajamento dos servidores.

4

Uma autarquia tem entre seus públicos-alvo os operadores do mercado financeiro; entretanto, entende que a gestão estratégica de pessoas deve atuar integrada ao planejamento organizacional e participar da elaboração e acompanhamento dos principais indicadores de desempenho do *Balanced Scorecard* (BSC). Assim, a área de gestão de pessoas terá de monitorar um conjunto finito de indicadores que contribuem para o desempenho geral.

É indicador estratégico de desempenho da área de recursos humanos da autarquia o(a):

- (A) comparativo de evasão e de remuneração de servidores a outras organizações da administração pública;
- (B) nível de satisfação com a estrutura física e de informática;
- (C) percentual de participação dos operadores nos serviços prestados;
- (D) quantidade de reclamações sobre acesso à informação;
- (E) volume de execução do orçamento discricionário.

5

Em diferentes organizações públicas, busca-se acompanhar a evolução do modelo de gestão de pessoas, de forma a desenvolver nos gestores a capacidade de análise das organizações e suas relações de interação com a sociedade.

Uma gestão burocrática de pessoas caracteriza-se por:

- (A) apreender as dinâmicas de influência e controle do trabalho e da produtividade exercidas por grupos informais em contraste aos objetivos formais da organização;
- (B) constituir um corpo de servidores profissionais dissociados e neutros em relação à política, protegidos por estabilidade no exercício de atribuições legalmente fixadas;
- (C) estabelecer vínculos interpessoais e afetivos de cooperação, comprometimento e valorização de afinidade entre pessoas visando à melhoria do desempenho;
- (D) organizar a divisão do trabalho em departamentos e cargos especializados, tendo as pessoas como apêndice de processos e motivadas por recompensas econômicas;
- (E) reconhecer a motivação dos servidores, a liderança e a tomada de decisão como atreladas a necessidades, satisfação, expectativas e senso de equidade.

6

Um gestor precisa organizar o trabalho de pessoas em um importante projeto na organização, levando em consideração o fato de serem quadros qualificados, de múltiplas especialidades, com competências sofisticadas para lidar com cenários complexos. Nesse caso, o gestor entende que deve constituir uma equipe de trabalho, ao invés de um grupo de trabalho.

É(são) característica(s) definidora(s) e diferenciadora(s) da gestão de pessoas em equipe:

- (A) atuação mecanicista, fragmentada e baseada em liderança hierárquica;
- (B) a ideia de que o resultado do trabalho é formado pelo somatório das produtividades individuais;
- (C) opacidade de informação, competição e estoque de saberes e conhecimentos visando ao controle;
- (D) sinergia, cooperação, compartilhamento de saberes em rede e tolerância à diversidade;
- (E) visão de que conflitos acirram disputas e geram distanciamentos.

7

Atualmente, implantar a gestão por competências na administração pública requer um entendimento quanto aos erros e acertos cometidos no passado e consolidados como entendimentos fundamentais para uma implantação que produza os resultados esperados.

Existem diferentes recomendações, dentre as quais a de que a implantação deve se basear em:

- (A) conceitos centrais e estruturantes alinhados e que espelhem os modelos consolidados e políticas complexas;
- (B) consultores externos que conheçam as técnicas de gestão por competências e as melhores práticas de empresas privadas;
- (C) dirigentes que atuem desde a concepção do projeto até a identificação, mobilização e desenvolvimento de potenciais;
- (D) líderes que adotem postura confortável frente a melhores práticas externas devido aos efeitos simbólicos;
- (E) modelos e métodos que busquem adaptações ao menos superficiais devido à forte cultura do serviço público.

8

A um determinado prestador de serviços celetista em uma autarquia pública foi oferecida uma oportunidade para dinamizar sua atuação na organização. A ele foi oferecida a possibilidade de, ocupando a mesma posição, promover transformações nas competências de forma a incorporar novos desafios técnicos e pessoais.

Em termos de gestão da trajetória profissional, para esse celetista no setor público, foi oferecida a oportunidade de:

- (A) carreira diagonal;
- (B) mudança de nível;
- (C) percurso em portfólio;
- (D) progressão vertical;
- (E) transferência de classe.

9

Um profissional do mercado privado foi contratado para assumir um cargo de direção na Administração Pública. A ele foi dada a incumbência de desenvolver um plano para adequar as remunerações dos servidores mais graduados.

Para que esteja adequado, o plano de remunerações deve incorporar:

- (A) adiantamento pecuniário;
- (B) adicional por titulação;
- (C) diárias em missões;
- (D) licença-prêmio;
- (E) prêmio por desligamento.

10

Uma organização trata o processo de treinamento considerando quatro grandes etapas: levantamento das necessidades, planos de treinamento, execução do treinamento e avaliação dos resultados.

No desenvolvimento da etapa de plano do treinamento, os gestores desse processo devem responder à pergunta:

- (A) quais as competências, habilidades e atitudes disponíveis?;
- (B) quais as competências, habilidades e atitudes requeridos?;
- (C) quais meios, métodos e recursos devem ser utilizados?;
- (D) quais as mudanças percebidas em termos de comportamento?;
- (E) qual o nível de satisfação dos participantes?.

11

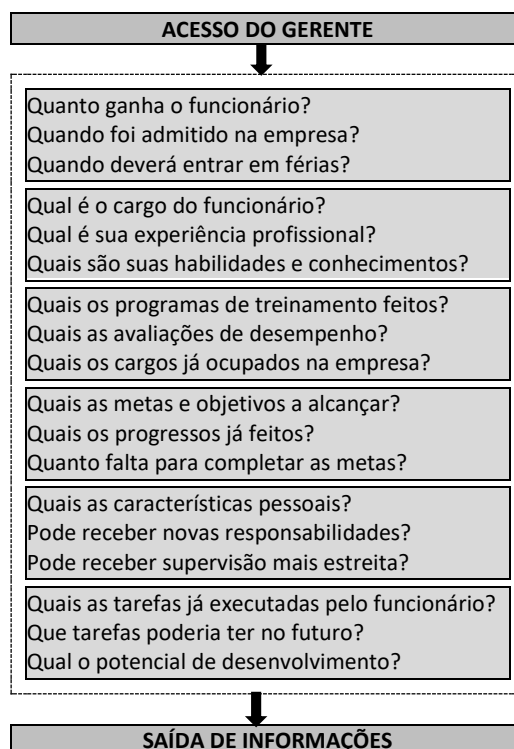
Existem diferentes métodos para avaliar o desempenho de pessoas no ambiente organizacional, e cada um cumpre um papel diferente ou atende a necessidades distintas. Contemporaneamente, entende-se que o processo avaliativo deve contemplar a complexidade de atuação de um servidor que lide com diferentes públicos no exercício de suas funções: clientes internos de diferentes níveis e setores, bem como usuários externos e partes interessadas. Para essa situação, entende-se que seja mais adequado um método mais participativo e que contemple o *feedback* desses diferentes grupos e públicos com os quais o servidor interage.

O método avaliativo mais adequado a essa descrição é:

- (A) avaliação 360 graus;
- (B) ensaio comparativo;
- (C) escala gráfica;
- (D) escolha forçada;
- (E) incidente crítico.

12

Informações e dados a respeito da gestão de pessoas nas organizações são fundamentais para responder a determinadas perguntas estratégicas, como aquelas apresentadas na figura a seguir.



Fonte: Buerge, S. T. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: ENAP, 2019, p. 411.

Nessa configuração de gestão de desempenho de pessoas, há interação da organização com o ambiente e demais dimensões da gestão organizacional.

Tal configuração, que estrutura necessidade de informações e dados necessários à gestão de recursos humanos, é denominada:

- (A) BPM – Sistema de Gerenciamento de Processos de Negócio;
- (B) CRM – Sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente;
- (C) LIMS - Sistemas de Informação de Laboratório;
- (D) SIG - Sistema de Informações Gerenciais;
- (E) SPT - Sistemas de Processamento de Transações.

**13**

Um recrutador busca internamente um profissional, para um cargo específico, que detenha a competência de criar sinergia a partir do emprego de equipes, equipamentos e ideias, de forma inovadora, em projeto em rede.

Essa competência envolve diretamente o “saber” relacionado:

- (A) a mobilizar recursos;
- (B) a comunicar e ouvir;
- (C) a aprender;
- (D) ao fazer técnico;
- (E) a transpor.

**14**

A educação corporativa de uma determinada organização foi desenvolvida baseando-se em trilhas de aprendizagem. Foi construído um ambiente de aprendizagem virtual que, tematicamente, estrutura os materiais em uma sequência de passos recomendados aos colaboradores, a qual inclui a avaliação de aprendizagem.

A educação corporativa dessa organização baseia-se na noção de:

- (A) aprendizagem baseada em problema;
- (B) memorização prolongada;
- (C) mentoria e aconselhamento;
- (D) instrução programada;
- (E) comunidade de aprendizagem.

**15**

Uma determinada autarquia publicou recentemente seu plano estratégico 2023-2027, no qual apresenta seu propósito como sendo “zelar pelo funcionamento eficiente, pela integridade e pelo desenvolvimento do mercado de capitais, promovendo o equilíbrio entre a iniciativa dos agentes e a efetiva proteção dos investidores”.

No processo de planejamento, a construção de tal declaração refere-se ao desenvolvimento do conceito de:

- (A) visão de futuro;
- (B) missão organizacional;
- (C) macroprocessos finalísticos;
- (D) cadeia de valor;
- (E) análise ambiental.

**16**

O clima de uma organização é influenciado pela cultura de um país ou região de atuação. Assim, pode ocorrer a influência da cultura brasileira, quando o lado pessoal da relação entre líder e liderados reflete proximidade e afeto nas relações interpessoais, de forma que grupos de amizade dentro das organizações sobrepõem-se à distribuição hierárquica de autoridade formal.

Tal influência cultural é denominada:

- (A) conformismo;
- (B) evitação;
- (C) impunidade;
- (D) normativismo;
- (E) personalismo.

**17**

Uma organização decidiu ampliar sua atuação para outros setores correlatos no mesmo setor de serviços. Visando a gerenciar a mudança estratégica, o conselho da empresa optou por formar três equipes de força-tarefa compostas por membros internos e externos à organização. Tais equipes assumiriam do estudo da concorrência à estratégia de comunicação com públicos, passando pela definição e controle de resultados. Assim, essas equipes passariam a deter autoridade sobre parte do processo de mudança, tomando as decisões correspondentes.

O estilo de gestão de mudança adotado pela empresa foi:

- (A) intervenção;
- (B) educação;
- (C) direção;
- (D) colaboração;
- (E) coerção.

**18**

Uma profissional branca, de 33 anos, após 5 anos de empresa, ao longo dos quais conciliou a carreira com o nascimento de seu filho, recebeu sua quarta progressão horizontal. A ela foi oferecida a oportunidade de enriquecimento de tarefas e incorporação de novos desafios, em um novo setor, em uma posição de mesmo nível decisório e remuneratório. Mesmo diante da oportunidade, a profissional mostrou-se muito frustrada por possuir, ao longo do período, indicadores de desempenho similares aos de um colega (homem branco) que ingressou no mesmo concurso público que ela. A esse colega foi oferecida uma progressão vertical, para o cargo de gerência do setor em que hoje atua.

A situação de promoção descrita envolve um tipo de discriminação de gênero explicado pelo conceito de:

- (A) abuso psicológico;
- (B) interseccionalidade;
- (C) objetificação;
- (D) sororidade;
- (E) teto de vidro.

**19**

No desenvolvimento de sua estratégia de inclusão e gestão da diversidade, uma determinada organização pretende ampliar a presença de pessoas negras em cargos de liderança. Para tal, optou-se, em um primeiro momento, por desenvolver trilhas de aprendizagem em conteúdos de liderança e um programa de mentoria voltado a pessoas atuando em todos os setores e áreas funcionais.

A estratégia de inclusão e diversidade, em termos de gestão de recursos humanos, baseou-se no desenvolvimento de políticas de:

- (A) direitos e deveres trabalhistas;
- (B) planos de cargos e salários;
- (C) recrutamento e seleção;
- (D) treinamento e desenvolvimento;
- (E) valorização e remuneração.

**20**

Uma determinada autarquia está mapeando competências e entende que seu desenvolvimento depende de elementos distintos, como conhecimentos, habilidades e atitudes, para os diferentes níveis e áreas funcionais da organização.

Para a área contábil-financeira, no nível operacional, foi mapeado como conhecimento necessário aquele que envolve:

- (A) compreender a legislação tributária e orçamentária;
- (B) comunicar-se efetivamente com usuários internos e externos;
- (C) motivar a equipe para alcance de metas e prazos;
- (D) perseguir qualidade e integração nos processos;
- (E) respeitar a cultura e o clima organizacional.

**21**

Um determinado banco quer promover diversidade e alcançar os parâmetros da bolsa de valores brasileira (B3). Assim, a empresa pretende contratar no mercado novos integrantes para seu conselho de administração e diretoria estatutária, a fim de ampliar a composição dos assentos em termos de raça e gênero. Para tal, o banco decidiu que um consultor externo, especializado no setor, deverá identificar talentos do mercado que atendam aos critérios de diversidade e, ao mesmo tempo, possuam competências para o cargo. O banco não se importa que o processo envolva maior dispêndio financeiro, pois entende que este trará oxigenação aos quadros e foco no nível estratégico pretendido, por não serem vagas de amplo espectro.

Considerando-se as características do processo e os resultados pretendidos, o recrutamento deve:

- (A) buscar progressões verticais de carreira;
- (B) consultar o dirigente máximo;
- (C) designar um *headhunter*;
- (D) postar a vaga em redes sociais;
- (E) realizar recrutamento misto.

**22**

Uma empresa em momento de expansão estava enfrentando dificuldades internas de gestão, de forma que atribuições e responsabilidades não estavam claras, criando problemas de delimitação entre os setores e níveis. Assim, a empresa decidiu adotar uma abordagem convencional para que exista clara diferenciação das funções de administração, ou seja, planejar, organizar, dirigir e controlar, para as áreas de operações, *marketing*, finanças ou recursos humanos.

Em termos de direção e controle, cabe à área funcional de gestão de pessoas:

- (A) analisar o desempenho organizacional em termos de rentabilidade, equilíbrio e riscos;
- (B) distribuir os vendedores por área geográfica, definindo a estratégia comercial;
- (C) estabelecer objetivos e metas estratégicas para a organização em termos de produção agregada;
- (D) implementar políticas de gestão participativa e melhorar condições de trabalho e indicadores de saúde;
- (E) monitorar a participação de mercado e a satisfação dos clientes internos e usuários externos.

**23**

Em todos os níveis hierárquicos de uma organização, pode haver perda de energia devido a comportamentos individuais que não estão integrados aos objetivos organizacionais. Esse processo torna-se ainda mais problemático quando colaboradores com bom nível de maturidade são gerenciados por práticas obsoletas.

Uma organização pretende alcançar a integração entre os objetivos individuais e organizacionais por meio de práticas organizacionais maduras e democráticas, caracterizadas por:

- (A) codependência, conhecimento especializado e metas imediatas;
- (B) interesses compartilhados, autocontrole e metas de longo prazo;
- (C) liderança imposta, dependência e controles administrativos;
- (D) passividade, controles gerenciais estritos e interesses complexos;
- (E) subordinação, controle externo e foco no curto prazo.

**24**

Um servidor federal sofreu um acidente rodoviário e teve perda de mobilidade dos membros inferiores, não caracterizada como invalidez permanente. Após o restabelecimento de sua saúde, em comum acordo, foi negociado com esse servidor que ele exerceria atividades condizentes com a limitação sofrida e com nível de escolaridade e vencimento equivalentes, considerando-se que estava inapto para o cargo anterior.

Em termos de provimento de cargos no serviço público federal, a situação descrita refere-se a:

- (A) aproveitamento;
- (B) nomeação;
- (C) promoção;
- (D) readaptação;
- (E) reversão.

**25**

A partir do processo de engajamento das partes interessadas, a equipe de um projeto consegue implementar estratégias e ações para promover o envolvimento produtivo dessas partes, ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. Para isso são necessárias atividades que devem ser conduzidas e realizadas antes mesmo do início efetivo dos projetos e que se estendem ao longo de suas fases.

O engajamento das partes interessadas inclui, portanto:

- (A) compreender e analisar as partes interessadas, o que abrange, entre outros aspectos, suas respectivas medidas de poder, impacto, atitude, crenças, expectativas;
- (B) listar as partes interessadas, a partir da visão da equipe do projeto, do gerente do projeto e da cúpula estratégica da organização;
- (C) analisar os relatórios de lições aprendidas de projetos semelhantes já realizados, buscando as estratégias de engajamento das partes interessadas que obtiveram sucesso;
- (D) levantar as necessidades das partes interessadas identificadas do projeto e buscar um plano de ação para atendimento das respectivas necessidades, ou uma justificativa forte em caso de impossibilidade de atendimento;
- (E) levantar os riscos do projeto, para identificação de ameaças e oportunidades a ele relacionadas.

26

O Guia PMBOK identifica oito domínios de desempenho, definindo-os como “um grupo de atividades relacionadas, que são críticas para a entrega eficaz dos resultados do projeto”. Os domínios de desempenho de projetos são áreas de foco interativas, inter-relacionadas e interdependentes que trabalham em uníssono para alcançar os resultados desejados.

Nesse sentido, o subconjunto correto, com alguns dos “domínios de desempenho” usados no gerenciamento de projetos, é:

- (A) cronograma; orçamento; definição do escopo;
- (B) rede do projeto; caminho crítico; valor agregado;
- (C) competências técnicas; competências comportamentais; competências gerenciais;
- (D) trabalho do projeto; entrega; medição;
- (E) termo de abertura; termo de entrega; termo de encerramento.

27

No gerenciamento de projetos, existem distintas abordagens de desenvolvimento para projetos. Nelas podem ser utilizados diferentes métodos para criar e desenvolver o produto, serviço ou resultado durante o ciclo de vida do projeto.

As opções de métodos disponíveis são:

- (A) em cascata e preditivos;
- (B) XP; Scrum; SAFe; Kanban;
- (C) preditivos; iterativos; incrementais; adaptativos; híbridos;
- (D) tradicionais e ágeis;
- (E) preditivos, iterativos; ágeis, Lean, Scrum.

28

Os métodos ágeis de gerenciamento de projeto obtiveram sucesso em equipes e organizações que realizam projetos, graças à simplificação de procedimentos rígidos de planejamento. Os métodos ágeis também trouxeram um conjunto de termos e definições novas ao campo de gerenciamento de projetos.

Em relação a esses métodos, é correto afirmar que:

- (A) o dono do produto ou *product owner* (po) é responsável por captar o que o cliente deseja e decidir com ele o que é mais importante e deve ser desenvolvido primeiro;
- (B) o *backlog* do produto, ou *product backlog* (pbl), montado junto aos *stakeholders*, é similar ao conceito de qualidade nos métodos tradicionais de gerenciamento de projetos;
- (C) a reunião de planejamento de cada interação/*sprint* determina o que o *product backlog* irá agregar, em termos de qualidade, à experiência do usuário do projeto;
- (D) a história do usuário, ou *user story*, representa o *feedback* dos usuários após a conclusão do projeto;
- (E) *backlog* da interação é o espaço para registro das demandas do cliente e do usuário.

29

Você está gerenciando um projeto para realização de uma exposição itinerante de um artista plástico internacional, que percorrerá as capitais de alguns estados da federação. No momento, você está conduzindo o processo de criar a Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

Para tal, você reuniu a equipe e passou a seguinte informação a respeito da EAP:

- (A) é uma estrutura de decomposição do projeto em responsabilidades e entregas, a partir das quais se definem as fases do trabalho;
- (B) é uma estrutura de decomposição do trabalho do projeto, dividida nas fases de planejar, organizar, divulgar, realizar e encerrar a exposição;
- (C) é uma decomposição hierárquica do escopo total do trabalho a ser executado pela equipe do projeto a fim de atingir os objetivos do projeto e criar as entregas requeridas;
- (D) trata-se mais de uma operação do que de um simples projeto, por se tratar de uma exposição itinerante, que irá percorrer várias cidades;
- (E) é a ferramenta usada para decompor, de forma analítica, o trabalho do projeto, de forma a obter-se seu cronograma de desembolsos.

30

Você foi designado para trabalhar na concepção de um projeto inédito na sua empresa, em termos de escopo e de entregas. Para tal, a equipe deve apresentar uma proposta de ciclo de vida do projeto.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- (A) ciclo de vida do projeto é a série de fases pelas quais um projeto passa, do início à conclusão. A fase de um projeto é um conjunto de atividades relacionadas de maneira lógica que culmina na conclusão de uma ou mais entregas;
- (B) os níveis de custo de mobilização e de desmobilização de recursos para redução de tempo devem ser altos desde o início e se mantêm à medida que o trabalho é executado, só tendo redução na sua fase de finalização;
- (C) a definição das fases do ciclo de vida é essencial para o gerenciamento do risco do projeto. As ameaças e oportunidades são menores no início do projeto. Esses fatores aumentam ao longo do ciclo de vida do projeto, à medida que vão surgindo os imprevistos;
- (D) a capacidade das partes interessadas para influenciar as características finais do produto do projeto, sem afetar significativamente os custos e o cronograma, é mais baixa no início do projeto e aumenta à medida que ele progride para o seu término, em função dos processos de engajamento das partes nele interessadas;
- (E) uma boa definição das fases e do ciclo de vida do projeto é essencial para que o eventual custo das mudanças e correções de erros se mantenha estável ao longo de todo o ciclo.

## Direito Administrativo

31

Lucas, analista da Comissão de Valores Mobiliários, recebeu um convite para palestrar na universidade pública XYZ sobre a medida de indisponibilidade no contexto de ações de improbidade administrativa, considerando as mudanças legislativas recentes, que alteraram sobremaneira a matéria.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- (A) o pedido de indisponibilidade de bens será deferido mediante a demonstração, no caso concreto, de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em dez dias;
- (B) a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar contas bancárias e, apenas na inexistência dessas, o bloqueio de veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios, aeronaves, ações e quotas de sociedades e pedras e metais preciosos;
- (C) o juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos;
- (D) a quantia de até sessenta salários mínimos depositada em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente, não pode ser decretada indisponível;
- (E) a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil.

32

João, diretor-executivo da sociedade empresária XYZ, após tomar ciência de que a entidade estava sendo investigada, nas esferas cível e administrativa, por praticar atos contra a administração pública federal, contratou advogados especialistas na matéria, visando à celebração de um eventual acordo de leniência.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que:

- (A) a Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira;
- (B) os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas;
- (C) a pessoa jurídica, em caso de descumprimento do acordo de leniência, ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;
- (D) a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a homologação e o cumprimento dos termos do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo;
- (E) a homologação do acordo de leniência celebrado enseja a suspensão do prazo prescricional relacionado aos atos ilícitos que são por ele englobados.

33

João, em observância às formalidades legais, deflagrou um processo administrativo junto à União. Após dois meses, ele se dirigiu à repartição pública competente, sendo informado de que o referido feito se encontrava na fase de instrução. Dessa forma, João, formado em Direito, resolveu analisar as normas aplicáveis à referida fase processual, até mesmo para adotar todas as medidas que pudessem auxiliar no deferimento do seu pedido.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- (A) quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes;
- (B) quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela administração para a respectiva apresentação implicará a aplicação de multa;
- (C) quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de dez dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo;
- (D) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização;
- (E) o interessado, encerrada a instrução, terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

34

De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre o registro cadastral, procedimento auxiliar das licitações e contratações, é correto afirmar que:

- (A) o sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela Internet, no mínimo semestralmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados;
- (B) a administração não poderá, como regra, realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, desde que atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento;
- (C) o registro de inscrito que deixar de satisfazer exigências determinadas na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) ou por regulamento a qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado;
- (D) certificado, renovável automática e anualmente, será fornecido ao inscrito no cadastro, salvo manifestação em sentido contrário do interessado;
- (E) o órgão ou entidade licitante poderá exigir registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.



**35**

João, jornalista investigativo, ingressou com pedido de acesso à informação XYZ junto à Administração Pública Federal, sendo informado, após a observância das formalidades legais, que o pedido não poderia ser deferido, porquanto a referida informação estaria submetida a sigilo, no grau ultrassecreto. João, então, passou a analisar a legislação de regência, para verificar quais autoridades teriam competência para determinar a medida.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a classificação do sigilo da informação, no grau ultrassecreto, é de competência do:

- (A) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, dos chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, admitindo-se a delegação pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação;
- (B) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e dos chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior, admitindo-se a delegação pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação;
- (C) presidente da República, do vice-presidente da República, dos ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público;
- (D) presidente da República, do vice-presidente da República e dos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público;
- (E) presidente da República e do vice-presidente da República, vedando-se a delegação pela autoridade responsável a agente público.

**36**

João, jornalista, Matheus, artista, e Luiz, estudante, debateram sobre a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e os reflexos que a referida legislação possui na atividade profissional de cada qual.

Nesse cenário, é correto afirmar que a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados):

- (A) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, tampouco para fim exclusivamente artístico. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fim exclusivamente jornalístico;
- (B) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (C) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (D) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Por outro lado, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico;
- (E) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Igualmente, a legislação não é aplicável ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artístico.

**37**

O diretor-executivo da sociedade empresária ABC, ao verificar que o estado Alfa publicou edital de licitação pública, determinou que a sua assessoria jurídica lhe apresentasse um parecer sobre a alocação de riscos no contexto dos contratos administrativos, visando a uma tomada de decisão informada sobre a participação ou não no processo licitatório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que:

- (A) o equilíbrio econômico-financeiro, atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, inclusive no que se refere ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato;
- (B) o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado, vedando-se o compartilhamento de riscos;
- (C) a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, devendo ser observada na solução de eventuais pleitos das partes, salvo em relação a eventos supervenientes;
- (D) a alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação;
- (E) os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente assumidos pelo setor público.

**38**

A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou pedido escrito de informações ao ministro das Relações Exteriores, versando sobre temática internacional com reflexo nas exportações do agronegócio brasileiro. Nada obstante, passados sessenta dias, não houve qualquer resposta ao pleito formulado. Além disso, a Câmara dos Deputados convocou o ministro da Fazenda para prestar, pessoalmente, informações sobre o mesmo assunto, em razão das repercussões da matéria na esfera econômica do país. Contudo, na data designada, a autoridade deixou de comparecer, sem apresentar qualquer justificativa.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) o ministro das Relações Exteriores incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Mesa da Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de encaminhar pedido escrito de informações ao presidente da República, ao vice-presidente da República, a ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Por outro lado, o ministro da Fazenda não cometeu crime de responsabilidade, porquanto a convocação para comparecimento pessoal de autoridades do Poder Executivo Federal não tem assento constitucional;
- (B) o ministro da Fazenda incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de convocar o presidente da República, o vice-presidente da República, ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores não cometeu crime de responsabilidade, porquanto o pedido escrito de informações tem caráter não vinculante;
- (C) o ministro da Fazenda incorreu em crime de responsabilidade, porquanto a Câmara dos Deputados tem a prerrogativa de convocar ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores não cometeu crime de responsabilidade, porquanto o pedido escrito de informações tem caráter não vinculante;
- (D) o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Fazenda não incorreram em crime de responsabilidade, porquanto as autoridades do Poder Executivo Federal não estão sujeitas à convocação da Câmara dos Deputados;
- (E) o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Fazenda incorreram em crime de responsabilidade.

**39**

Luiz ingressou, em juízo, com uma demanda, ao argumento de que a ausência de determinada norma regulamentadora estava tornando inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e de prerrogativas inerentes à cidadania.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Luiz ingressou, em juízo, com um (uma):

- (A) mandado de segurança;
- (B) mandado de injunção;
- (C) ação civil pública;
- (D) ação popular;
- (E) *habeas data*.

**40**

João tomou ciência de que o Ministério Público deflagrou um inquérito civil para apurar suposto ato doloso de improbidade administrativa por ele perpetrado. Dessa forma, o agente público procurou o auxílio de um advogado, que lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o inquérito civil e as consequências dele decorrentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que o(a):

- (A) inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado, submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica;
- (B) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, trezentos e sessenta e cinco dias, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído, após esgotado o prazo de suspensão;
- (C) inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de cento e oitenta dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à apreciação do juízo competente;
- (D) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa não impede o transcurso do prazo prescricional, que será interrompido pelo recebimento da petição inicial na ação de improbidade administrativa;
- (E) instauração de inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa não impede o transcurso do prazo prescricional, que será suspenso pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

**41**

No ano passado, o servidor João, de forma culposa, inobservou o sigilo legal de determinado processo administrativo que tramitava na Comissão de Valores Mobiliários, durante operação realizada no sistema eletrônico de informações – SEI.

Com a finalidade de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão e de evitar novos vazamentos ilegais de informações sigilosas, atualmente está em curso na CVM um processo administrativo em que se estuda a possibilidade de edição de ato normativo estabelecendo que todas as informações e documentos que tramitem no SEI da CVM devam ser classificados como restritos ou sigilosos, não havendo mais acesso público a tal sistema.

Instada a lançar manifestação sobre essa proposta, Maria, analista da CVM que assessora a Presidência, deve indicar, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, que o mencionado ato normativo:

- (A) não deve ser editado, pois são consideradas sigilosas informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais, limitados a um ano os casos de sigilo daquelas que possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país, desde que haja motivação específica e expressa;
- (B) não deve ser editado, pois o ato restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação;
- (C) pode ser editado, pois as informações tratadas pela CVM, por sua natureza, são classificadas como reservadas, diante da competência legal da autarquia para estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários, devendo o sigilo ser automaticamente levantado após três anos do lançamento da informação;
- (D) pode ser editado, pois as informações tratadas pela CVM, por sua natureza, são classificadas como secretas, diante da competência legal da autarquia para promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, devendo o sigilo ser levantado, de forma motivada, após cinco anos do lançamento da informação;
- (E) pode ser editado, pois as informações tratadas pela CVM, por sua natureza, são classificadas como ultrassecretas, diante da competência legal da autarquia para assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários, devendo o sigilo ser automaticamente levantado após quinze anos.

**42**

Maria, no ano de 2022, foi condenada judicialmente em definitivo pela prática de determinado crime. Durante o período em que cumpria pena, ela foi aprovada no concurso público para cargo efetivo na autarquia federal Alfa. Maria obteve o livramento condicional e, logo em seguida, foi convocada para nomeação e posse no cargo para o qual foi aprovada, mas a autarquia Alfa, ao receber seus documentos, a eliminou do concurso, alegando que Maria não preenchia um dos requisitos legais para investidura no cargo, qual seja, o gozo dos direitos políticos. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, pretendendo sua nomeação e posse.

No caso em tela, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos:

- (A) impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em observância aos princípios da legalidade e moralidade, uma vez que o estatuto dos servidores públicos civis da União dispõe que, entre os requisitos básicos para investidura em cargo público, estão o gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- (B) impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em observância ao texto da Carta Magna que estabelece que é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará em alguns casos, como na hipótese de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- (C) impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em observância aos princípios da eficiência e razoabilidade, observado o prazo máximo de até cinco anos após a extinção da pena por seu cumprimento, pois a Constituição da República veda pena perpétua;
- (D) não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, por violação ao princípio da proibição de pena perpétua, aplicável na esfera administrativa, e o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado à reabilitação do condenado, com o devido processo legal tanto na esfera criminal, como na administrativa;
- (E) não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho e ao dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, e o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

**43**

O município Alfa e a organização social Beta firmaram parceria para fomento e execução de atividades relacionadas à proteção e preservação do meio ambiente, nos termos da legislação de regência.

Observadas as cautelas legais, o instrumento firmado é denominado:

- (A) termo de parceria, em cuja elaboração deve ser observada a estipulação dos valores exatos de despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da organização social, no exercício de suas funções;
- (B) convênio, que deve ser submetido, após aprovação pelo conselho de administração da entidade, à autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada, qual seja, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como aos demais órgãos do sistema nacional de meio ambiente;
- (C) termo de cooperação técnica, e os resultados atingidos com sua execução devem ser analisados, mensalmente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação;
- (D) contrato de concessão, que assegura, à organização social, direito aos créditos previstos no orçamento e às respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato, com a posterior análise pelo Tribunal de Contas e Procuradoria local, em matéria de controle externo;
- (E) contrato de gestão, em cuja elaboração deve ser observada a especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.

44

Pedro, analista da Comissão de Valores Mobiliários, no exercício da função, praticou ato ilícito que, com o comprovado nexos causal, resultou em danos morais e materiais ao administrado Antônio, sem a incidência de quaisquer causas de excludente de responsabilidade civil.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, Pedro deve direcionar ação indenizatória em face de(a):

- (A) Antônio, agente público responsável pelo ato ilícito, diretamente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (B) Comissão de Valores Mobiliários, com base na teoria da dupla garantia, incidindo a responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (C) União, com base na teoria da garantia, incidindo a responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (D) Comissão de Valores Mobiliários, com base na responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente, sendo inviável qualquer responsabilidade civil da União por ato lícito de seus agentes;
- (E) União, com base na responsabilidade civil subjetiva, em que há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente, sendo inviável qualquer responsabilidade civil da União por ato lícito de seus agentes.

45

A Assembleia Legislativa do estado Alfa descumpriu os limites de gastos com pessoal, razão pela qual a União proibiu o estado Alfa de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não obstante a inexistência de irregularidades no tema pelo Poder Executivo estadual.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a União agiu:

- (A) corretamente, pois a Assembleia Legislativa faz parte da administração direta do estado Alfa;
- (B) corretamente, pois a Assembleia Legislativa é pessoa jurídica de direito público da administração indireta do estado Alfa;
- (C) corretamente, pois é o ente federativo do estado Alfa que mantém relação jurídica contratual com a União;
- (D) incorretamente, por violação ao princípio da intranscendência, pois o Poder Executivo não tem competência para intervir na esfera orgânica do Legislativo;
- (E) incorretamente, por violação ao princípio da impessoalidade, pois é inconstitucional restrição imposta pela União aos estados por ilegalidades cometidas por gestores públicos, que devem ser responsabilizados pessoalmente.

## Administração Financeira e Orçamentária

46

A equipe da secretaria de planejamento de determinado município enviou a proposta orçamentária anual (PLOA) para a apreciação e aprovação do Poder Legislativo. Alguns dias após o envio do PLOA, o gestor recebeu demandas efetivas para realização de obras em vias públicas que não haviam sido incluídas na proposta enviada. Em contato com a secretaria de planejamento, foi informada a necessidade de contratar operação de crédito para atender à demanda. Com base nisso, o gestor autorizou que a despesa fosse incluída no PLOA.

Nesse contexto, a atitude do gestor público é:

- (A) necessária, em atendimento ao princípio da universalidade;
- (B) desnecessária, uma vez que deveria autorizar ainda dentro do próprio exercício;
- (C) desnecessária, uma vez que poderia solicitar abertura de créditos extraordinários;
- (D) necessária, em atendimento ao princípio da exclusividade;
- (E) necessária, em atendimento ao princípio da unidade.

47

O presidente da República, ao ser eleito no seu primeiro mandato, buscou informações, com a equipe técnica da Secretaria de Orçamento Federal, acerca da necessidade da criação de institutos federais em regiões periféricas para atender a uma população invisibilizada.

A equipe prontamente explicou que, para atender à demanda, à luz das características do orçamento-programa, é preciso que:

- (A) sejam definidos os principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos;
- (B) as decisões orçamentárias sejam tomadas, tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais;
- (C) sejam definidos os objetivos governamentais;
- (D) a estrutura do orçamento dê ênfase aos aspectos contábeis de gestão;
- (E) as necessidades financeiras das unidades organizacionais sejam consideradas.

48

Um ente público, ao elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado, deixou de compreender alguns requisitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Dentre eles, é correto identificar:

- (A) controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- (B) limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário e Ministério Público;
- (C) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- (D) concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita;
- (E) estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

49

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), após apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo, retornou para o presidente da República. Após 29 dias do recebimento, o presidente identificou que a sua proposta de aplicar R\$ 1 bilhão em ações na área de segurança pública não foi aprovada.

À luz do rito do processo legislativo, o PLOA deverá ser:

- (A) vetado;
- (B) emendado;
- (C) publicado;
- (D) sancionado;
- (E) promulgado.

50

Uma Unidade Orçamentária (UO), na sua atuação no processo orçamentário, compreendeu a consolidação e formalização de sua proposta orçamentária da despesa por:

- (A) objetivo, programa e função;
- (B) programa, função e ação;
- (C) programa, ação e subtítulo;
- (D) programa, função e subfunção;
- (E) programa, origem e função.

51

O órgão legislativo, ao apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de um ente público, aprovou as propostas de emenda no limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), observando que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, com base na:

- (A) RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto;
- (B) média da RCL dos três últimos exercícios;
- (C) RCL do exercício do encaminhamento do projeto;
- (D) média da RCL dos dois últimos exercícios;
- (E) RCL estimada para o exercício anterior.

52

Um analista orçamentário, ao final do exercício, identificou que existiam saldos de créditos adicionais a empenhar. Dessa forma, realizou um levantamento para apurar os valores que poderão ser reabertos no exercício seguinte:

Crédito	Abertura	Saldo Final
Suplementar	Outubro	R\$ 30.000
Especial	Setembro	R\$ 20.000
Extraordinário	Dezembro	R\$ 70.000

Após a apuração, ele chegou à conclusão de que poderão ser reabertos somente os créditos:

- (A) suplementares e especiais;
- (B) suplementares e extraordinários;
- (C) extraordinários;
- (D) especiais;
- (E) especiais e extraordinários.

53

A Construtora ABC, após ser a vencedora do certame licitatório para construir e operar uma estação de tratamento de esgoto em um estado, foi convocada a apresentar garantia de que iria cumprir o contrato, conhecida como garantia de *performance*.

Os recursos que ingressaram no ente estatal no valor total da garantia representam uma receita:

- (A) orçamentária;
- (B) de capital;
- (C) corrente;
- (D) extraorçamentária;
- (E) patrimonial.

54

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em relação à meta fiscal, prevê para 2025: "Com menores resultados fiscais, a dívida pública deverá subir de 76,6% do PIB em 2024 para 79,7% em 2027. A projeção final da LDO é para 2034, quando a dívida chegaria a 74,5%. 'Essa situação é explicada pela previsão de taxas de juros reais acima da taxa estrutural de equilíbrio, resultando em um custo real de financiamento da dívida pública superior à taxa real de crescimento econômico. Isso dificulta a estabilização da dívida durante o período analisado, mesmo considerando um cenário de superávit primário'". (Fonte: Agência Câmara de Notícias)

Com a expectativa de aumento da dívida pública em 2027, o presidente, com o auxílio da sua equipe de planejamento, deverá acompanhar, conforme a Lei nº 4.320/1964:

- (A) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- (B) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública;
- (C) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e as transferências de capital em relação à amortização da dívida pública;
- (D) as transferências correntes em relação aos juros da dívida pública e as inversões financeiras em relação à amortização da dívida pública;
- (E) as despesas de custeio em relação aos juros da dívida pública e os investimentos em relação à amortização da dívida pública.

55

Um analista orçamentário, ao elaborar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), identificou que cometeu um erro ao demonstrar o valor total da Dívida Consolidada Líquida (DCL).

Nesse sentido, em tempo hábil, a emissão do RGF buscou apurar o montante da dívida consolidada, deduzidas:

- (A) as disponibilidades de caixa, os investimentos resgatáveis e os demais haveres;
- (B) as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros;
- (C) as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e as provisões;
- (D) as disponibilidades de caixa e os adiantamentos;
- (E) as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras, demais haveres financeiros e restos a pagar processados.

56

Um cidadão, que acompanha o orçamento público da cidade em que mora e é muito estudioso, não compreendeu a razão de identificar, no balanço patrimonial, as dívidas fundadas, tanto no passivo financeiro quanto no passivo permanente.

Dirigindo-se à Secretaria de Planejamento e questionando a razão desse registro, o agente público informou:

- (A) que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate;
- (B) que se trata de um erro material e que irá proceder à apuração e correção;
- (C) que o passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam ou não de autorização legislativa para amortização ou resgate;
- (D) que o passivo financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento dependa de autorização orçamentária;
- (E) que o passivo financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento dependa ou não de autorização orçamentária.

57

Um servidor público, para realizar um serviço especial, necessitou de adiantamento de numerários para cobrir despesas eventuais com a viagem, sendo prontamente atendido pelo ente público. No retorno da sua viagem, realizou a devida prestação de contas, inclusive com a devolução de quantia não utilizada.

No que se refere à devolução de valores não aplicados (exercício seguinte ao da concessão), o analista orçamentário procedeu ao seguinte lançamento de natureza de controle:

- (A) D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho  
C 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos;
- (B) D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos  
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR);
- (C) D 8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada  
C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias;
- (D) D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)  
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho;
- (E) D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho  
C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias.

58

Suponha-se que uma ação de estruturação de unidades de saúde tenha sido prevista no PLOA para ocorrer no município. No novo cadastro padronizado de localizadores municipais, o município recebeu o código 3290, e, assim, a proposta foi encaminhada para o Congresso Nacional. Após a fase de apreciação e proposição de emendas pelo Congresso, essa ação retornou com um segundo localizador no mesmo município.

Nesse sentido, o parlamentar pode:

- (A) devolver o PLOA para corrigir o localizador;
- (B) não aprovar o PLOA no que trata da unidade de saúde;
- (C) realizar emenda ao PLOA, restringindo valores às unidades de saúde, pela iminência de os recursos não serem destinados;
- (D) aguardar a correção do PLOA a ser realizada pelo Poder Executivo;
- (E) complementar a regionalização da ação por ele proposta com uma localização mais específica, destinando o recurso para uma entidade situada naquele município.

59

Um ente público deseja destinar certa quantia de recursos ao setor privado, atendendo às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A destinação dos recursos está prevista na Lei Orçamentária do ente.

Ao analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), identificou-se que as formas previstas para essa destinação deverão ser:

- (A) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e participação em constituição ou aumento de capital;
- (B) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e para aumento de pessoal;
- (C) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e investimentos;
- (D) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções e aumento de estoque;
- (E) empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, composição de dívidas, concessão de subvenções, sem possibilidade de aumentar capital.

60

As unidades responsáveis pelas atividades de orçamento, como uma organização do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, compreendem, na forma da lei, que as suas competências não podem extrapolar os limites legais, como, por exemplo, ter conflito com a competência das unidades responsáveis pelas atividades de planejamento. Sendo assim, após o ingresso de novos agentes públicos, a equipe realizou uma capacitação observando que as suas competências abrangem:

- I. realizar estudos e pesquisas sócio-econômicas e análises de políticas públicas;
- II. acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos;
- III. realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal.

São de fato competências das unidades responsáveis pelas atividades de orçamento apenas:

- (A) I;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

## Auditoria Governamental

61

A gestão de uma organização pública com atuação em cinco regiões de um mesmo estado da Federação implantou um sistema centralizado para compras e contratações, inclusive de serviços de natureza continuada. A organização investiu no aperfeiçoamento dos processos de logística de recebimento e distribuição de materiais e também nos processos de fiscalização dos serviços prestados em cada polo de atuação. Nos primeiros meses foram registradas diversas falhas nos processos, inicialmente atribuídas ao estágio inicial do sistema. Após dois anos, outras falhas surgiram, inclusive relativas à inexecução contratual. O gestor solicitou a realização de auditoria, com emissão de relatório diagnóstico sobre a medida, tendo em vista avaliar a necessidade de ajustes no sistema ou até mesmo a sua continuidade.

Pela natureza do trabalho a ser feito, um critério passível de adoção para o trabalho de auditoria solicitado é o da:

- (A) economicidade;
- (B) efetividade;
- (C) fidelidade funcional;
- (D) legalidade;
- (E) legitimidade.

62

Uma entidade pública da esfera federal, dotada de autonomia administrativa, teve um dos seus projetos estratégicos em desenvolvimento auditado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com trabalhos iniciados em março de 2022 e relatório final com análise e recomendações emitido em dezembro de 2022. Em março de 2023 houve mudança da gestão da entidade, que iniciou um plano de diagnóstico e reestruturação de macroprocessos e projetos, incluindo o projeto estratégico auditado pelo TCU no ano anterior.

Considerando esse cenário, o instrumento de fiscalização a ser adotado pelo TCU em relação ao projeto estratégico auditado é o(a):

- (A) acompanhamento;
- (B) auditoria de desempenho;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) observação.

63

O planejamento de um trabalho de auditoria previa a avaliação dos controles internos relativos aos processos de recebimento e distribuição de materiais do almoxarifado de uma entidade. Trata-se de processos informatizados que envolvem pessoas e controles de acesso, mas que não estão plenamente integrados a todos os sistemas de suporte à gestão da entidade.

Nesse caso o auditor deve realizar:

- (A) procedimentos analíticos;
- (B) técnicas de conciliação;
- (C) testes de detalhes;
- (D) testes de observância;
- (E) testes substantivos.

64

Os princípios fundamentais de auditoria do setor público (ISSAI 100) orientam que, durante todas as etapas de um trabalho de auditoria, os auditores gerenciem o risco da auditoria, com planejamento e execução de procedimentos capazes de gerar evidências suficientes, adequadas, relevantes e em bases razoáveis para fundamentar as suas conclusões.

Em se tratando de risco de auditoria, o que deve ser efetivamente gerenciado é o risco de:

- (A) não alcançar um nível de asseguarção razoável;
- (B) não conseguir bases para formar a opinião de auditor;
- (C) não detectar as falhas dos controles internos;
- (D) que a independência do auditor seja comprometida;
- (E) que o relatório de auditoria seja inapropriado.

65

Um auditor júnior foi designado para compor a equipe de auditoria para atuar em uma empresa estatal da área de saneamento. Esse auditor ficou responsável pela organização da documentação de auditoria e foi orientado a considerar as normas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na organização da documentação de auditoria, o auditor júnior deve levar em conta que:

- (A) a primeira revisão dos papéis de trabalho deve ser realizada pelo próprio auditor que os elaborou;
- (B) todos os papéis de trabalho devem ser classificados em sigilosos ou não ao final da auditoria;
- (C) documentos preparados pela entidade auditada não devem ser incluídos na documentação de auditoria;
- (D) os documentos precisam ser reunidos apenas quando do início dos procedimentos substantivos;
- (E) entrevistas gravadas precisam ser transcritas para serem consideradas documentos de auditoria.

66

Em um trabalho de auditoria, ao analisar a conta de despesas com pessoal para fins de controle e acompanhamento dos limites fiscais impostos a esse tipo de despesa, um auditor verificou que despesas com contratação de serviços terceirizados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva foram indevidamente consideradas como despesa de pessoal.

Nesse caso, a conta de despesas com pessoal deve:

- (A) passar pelos testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- (B) passar por procedimentos de revisão analítica a cada quadrimestre;
- (C) ser analisada em testes secundários para verificação do cumprimento do respectivo limite;
- (D) ser submetida a teste principal para superavaliação;
- (E) ter seu saldo registrado como evidência de fraude fiscal.



**67**

Um auditor está fazendo um trabalho de auditoria em uma entidade que administra 81 contratos de prestação de serviços continuados, para os quais foram realizadas 972 medições ao longo do exercício financeiro objeto da auditoria. Uma parte desses contratos estava no primeiro ano e outra parte era de contratos que já tinham sido renovados pelo menos uma vez.

O auditor precisava selecionar amostras aleatórias em cada um desses grupos de contratos e, para isso, deveria aplicar uma amostragem:

- (A) por quotas;
- (B) aleatória simples;
- (C) aleatória sistemática;
- (D) aleatória estratificada;
- (E) por unidades monetárias.

**68**

Em um trabalho de auditoria iniciado a partir de indícios apontados pelo superintendente de contratos, um auditor está em busca de evidências de fraudes na medição mensal de um contrato de manutenção de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra e materiais. Os indícios de fraudes apontam possível envolvimento dos fiscais do contrato com a empresa contratada. As medições referem-se aos últimos dois anos.

O auditor considera viável a obtenção de evidências analíticas, que podem ser levantadas a partir de técnicas como:

- (A) conciliação e análise de contas;
- (B) revisão analítica e observação direta;
- (C) conferência de cálculos e circularização;
- (D) mapa de processo e extração eletrônica de dados;
- (E) cruzamento eletrônico de dados e indagação escrita.

**69**

Os procedimentos previstos em uma matriz de planejamento de auditoria devem ser executados pela equipe de auditoria em busca de achados, que serão desenvolvidos na matriz de achados. O desenvolvimento dos achados é o processo mais importante de uma auditoria, pois são eles que fundamentam as conclusões. Por isso, ao atuar na elaboração de uma matriz de achados, um auditor deve considerar que:

- (A) achados podem envolver tanto impropriedades como irregularidades, e ambas devem ser tratadas;
- (B) é recomendável evitar desenvolver achados com base em evidências testemunhais;
- (C) há dois aspectos mínimos a serem contemplados: causa e efeitos reais e potenciais;
- (D) os critérios adotados devem ser consistentes, independentemente do escopo da auditoria;
- (E) somente efeitos reais da situação encontrada devem ser tratados nas recomendações.

**70**

Uma entidade autárquica federal teve um projeto de grande vulto, financiado por recursos do tesouro e também de organismos internacionais, auditado por uma instância superior de auditoria, e recebeu um relatório após três meses de conclusão do trabalho. Em atenção à relevância do projeto, o gestor da autarquia solicitou à sua equipe de suporte uma avaliação detalhada dos apontamentos e recomendações mais relevantes. Após a análise do relatório, a equipe não conseguiu identificar recomendações relevantes baseadas em evidências, pois a ênfase do relatório situou-se no apontamento, de forma genérica, de deficiências de gestão, que são comuns a muitas entidades com limitações de recursos. O principal conselheiro do gestor avaliou que o relatório não continha um tom de encorajamento ao gestor para agir sobre os achados e propostas encaminhadas pelos auditores.

Conclui-se, portanto, que o relatório de auditoria foi considerado deficiente quanto ao seguinte requisito de qualidade:

- (A) completude;
- (B) exatidão;
- (C) imparcialidade;
- (D) objetividade;
- (E) relevância.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

